



## Estratégias empresariais e esfera pública: a Zona Franca de Manaus como colonização sócio-política

### Business strategies and public sphere: the Manaus Free Trade Zone as sociopolitical colonization

*Cleiton Ferreira Maciel* – Doutorando em Sociologia na Universidade Federal de São Carlos – UFSCar. Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM.

*Jeanne Mariel Brito de Moura* – Doutoranda em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos. Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande. Professora Assistente da Universidade Federal da Grande Dourados

#### Resumo

Neste texto, buscamos discutir as estratégias empresariais como forma política de “colonizar” a esfera pública. Nessa perspectiva, configuraremos aqui, em um primeiro momento, um mapa conceitual acerca da relação capital-trabalho no ambiente produtivo da Zona Franca de Manaus, (ZFM) estabelecendo, em seguida, pontos de discussão com alguns direcionamentos teóricos de Hannah Arendt, Walter Benjamin, Edward Said, Antônio Gramsci e Nancy Fraser. A hipótese que lançamos neste artigo e que buscamos problematizar é a de que a Zona Franca de Manaus é uma invenção histórica sobre o lugar, que no século XX vai ganhar forma de “não-lugar”, sendo constituído enquanto espaço transnacionalizado e simbolicamente construído, permeado por interesses políticos e econômicos que transcendem a esfera do “local”. Essa invenção histórica tem como efeito simbólico e prático o enevoamento de contradições sociais que ocorrem no interior da nua e crua realidade do Amazonas, e será usada pela elite local e nacional como ferramenta ideológica para diluir conflitos e mascarar tensões. Uma tentativa da esfera privada de colonizar a esfera pública, portanto.

#### Abstract

In this paper we discuss business strategies as a political form of “colonize” the public sphere. In this perspective we’ll set up here, at first, a concept map about the capital-labor ratio in the production environment of the Manaus Free Zone (ZFM) setting, then talking points with some theoretical directions of Hannah Arendt, Walter Benjamin, Edward Said, Antonio Gramsci and Nancy Fraser. The hypothesis we launched this article and we seek to question is that the Manaus Free Trade Zone is a historical invention over the place, in the twentieth century will gain form of “non-place”, consisting as transnationalised space and symbolically constructed, permeated by political and economic interests that transcend the sphere of “local”. This historical invention has as a symbolic and practical effect that is blur the social contradictions that occur inside the raw reality of the Amazon, and will be used by local and national elite as an ideological tool to dilute conflicts and to mask tensions. An attempt from private sphere in colonize the public sphere, so.

#### Palavras-chave

Estratégias empresariais; esfera pública; Zona Franca de Manaus.

#### Keywords

Business strategies; public sphere; Manaus Free Trade Zone.

## INTRODUÇÃO

*A esfera pública tornou-se um cenário para os interesses privados desenvolverem sua legitimidade (Jürgen Habermas).*

Entendemos aqui por estratégias empresariais os “recursos do método” do capital (OLIVEIRA 2004) que vêm se mostrando ao longo da história como um processo de estrangulamentos sociais de uma macroideologia sobre um microtempo e espaço. É essa a compreensão de Marx em a Ideologia Alemã (2007), quando aponta para o capitalismo enquanto formação econômico-social realizada na e pela história e que tem como marco central o alijamento das autonomias dos distintos modos de produção da vida, da supressão de narrativas, impondo-se como a “grande narrativa”; a “concretização” de ideais pautados nos séculos XVII e XVIII.

No bojo desse processo, são desenvolvidas certas artimanhas capitalistas que têm na política, na técnica, na ciência e no trabalho suas “caras-metades históricas” (GRAMSCI, 2001). Aliás, é principalmente através deste último que o processo de expansão capitalista ganha substancialidade e sentido. É nele que as estratégias empresariais são objetivadas, pois é o trabalho o grande gerador de valores para o capital (MARX, 2007).

Tais artimanhas capitalistas refletem, de certa forma, a asfixia da esfera pública, aqui compreendida como o “espaço do mundo comum, que nos reúne na companhia uns dos outros e evita que colidamos uns com os outros” (ARENDT, 2010). Isso porque o público significa, concretamente, segundo Arendt, o momento em que várias pessoas olham para a mesma realidade em uma variedade de aspectos, de sorte que os que estão olhando para esta realidade sabem que veem o mesmo na mais completa diversidade. Em outras palavras, o público pressupõe a pluralidade de visões de mundo, um constructo no qual a diversidade da experiência humana seja parte da própria política.

Contudo, de acordo com Arendt, ao longo da história essa diversidade da experiência humana foi se desenraizando dos homens na sua relação com o mundo. É o que ela denomina alienação, ou seja, o estranhamento do mundo como obra humana e lugar comum dos homens, e que tem como consequência a incapacidade de estabelecer politicamente uma “mesa” na qual eles, os homens, possam, ao mesmo tempo, tanto distinguirem-se como construir um espaço de direito à fala e à reflexão. No lugar dessa “mesa”, surge o “social”, uma espécie de indefinição

entre a esfera privada<sup>1</sup> e a esfera pública, e, concomitantemente, emerge a sociedade de massas, resultando, assim, em um tratamento dos povos e comunidades políticas como “uma família cujos negócios devem ser atendidos por uma administração doméstica nacional e gigantesca: a nação” (ARENDT, 2010, p. 37).

O interessante é que o surgimento dessa sociedade de massas não é acompanhado pela pluralidade de ações<sup>2</sup> dos indivíduos. Pelo contrário, a sociedade de massas estabelece como padrão normativo o comportamento único, sem espaço para a ação plural. O que se espera dos indivíduos é que eles se comportem de forma linear. Logo, as ações que fogem a essa linearidade são tratadas como “desvios”, não condizentes com o “viver em sociedade”. Como forma de organização dessa sociedade de massas emerge o governo burocrático (ARENDT 2010), que estruturalmente estabelece normas que visam abolir a ação espontânea ou a reação inusitada.

Dessa maneira, seria possível dizer que o surgimento da democracia e da “nação” é acompanhado paralelamente por um engessamento da esfera pública, pois traz consigo a proposição de que a massa de indivíduos precisa ser dirigida e organizada em torno de um comportamento coletivo baseado na ordem e no consenso. Para isto, o fim da pluralidade de ações e de pensamento constitui-se enquanto elemento fundamental para a organização da nação, o que é, na verdade, uma contradição no próprio germe da sociedade nacional, pois, como pontua Arendt, (2010, p. 62), os pressupostos da pluralidade, da igualdade e do direito à participação no debate público fazem parte primordial da experiência política do homem no mundo, e compõem propriamente o lugar comum nas relações entre os indivíduos.

Pensamos que esta abordagem arendtiana nos remete a pensar as relações políticas que se estabelecem na organização da estrutura do capitalismo contemporâneo, que, como me referi, tem nas estratégias empresariais sua “cara metade histórica”. Mais que isso, acreditamos que a formulação de Arendt acerca da alienação do mundo e da crescente perda de um espaço público em face da própria emergência dos Estados nacionais, ajuda-nos a compreender os caminhos tomados pelo governo brasileiro no sentido de desenvolver as diversas regiões do país, como a Amazônia, que tem tido na Zona Franca de Manaus uma espécie de relação simbiótica entre empresas multinacionais, Estado e empresários locais.

<sup>1</sup> Partindo da perspectiva do mundo grego, Arendt pensa a esfera privada como o lugar da privacidade, da família, que tem no chefe familiar a figura central. Trata-se de um contraponto à esfera pública, pois a esfera privada decorre da necessidade e da carência, e a esfera pública, da liberdade, da libertação das próprias necessidades biológicas e de subsistência.

<sup>2</sup> Ação no sentido da participação (liberdade) do sujeito na construção de um espaço dialógico a partir da comunidade política.

## A MACROAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS EMPRESARIAIS: A ESFERA PÚBLICA “COLONIZADA”

A Zona Franca de Manaus foi gestada dentro da perspectiva da união de interesses entre Estado e capital no sentido de buscar a “naturalização histórica” da produção capitalista. Era como se a ideologia instaurada nos órgãos de decisão e regulamentação de políticas de desenvolvimento tivesse sido atravessada pela perspectiva de que fazia parte da “natureza produtiva amazônica” sua condição de subordinação aos ditames do capitalismo. Em outros termos, como que o espaço social amazônico e o capitalismo fossem a conjugação de um mesmo tempo histórico, destinados, assim, ao “progresso”.

Isso pode ser visto no discurso proclamado na época de criação da Zona Franca de Manaus (1967) que se caracterizava, exatamente, pelo ideal de que ela se constituiria enquanto um empreendimento indispensável ao desenvolvimento da Amazônia. À floresta tropical seria dada a oportunidade de ser “domesticada”, de ter um rosto voltado para o mundo, em suma, de ter seu desenvolvimento fomentado pela lógica global. Seria o triunfo do homem sobre a natureza, revelando, dessa forma, a verdadeira “vocação” amazônica: a produção de bens manufaturados, como revela a imagem a seguir.



Foto tirada em 30 de setembro de 1968, na ocasião de lançamento da pedra fundamental do Distrito Industrial da Zona Franca de Manaus. Na faixa, l  -se: “Distrito Industrial: marco da redenção da Amazônia Ocidental”. Acervo SUFRAMA, 2004.

Seráfico (2011) critica essa visão apontando que, na verdade, a criação da Zona Franca fazia parte de um plano capitalista global que tinha o propósito de fomentar condições favoráveis à transnacionalização da economia, “processo por meio do qual os Estados nacionais criam, eles mesmos, mecanismos de desnacionalização de relações e estruturas sociais situadas no seu território, que respondem a uma dinâmica transnacional, específica das ‘cadeias produtivas globais’” (SERÁFICO, 2011, p. 98). Vinculava-se, portanto, a uma incorporação de interesses político-econômicos globais que estariam regulando, em certa medida, os domínios específicos da vida nacional.

É possível dizer que esses interesses faziam parte de um sistema de ideias e discurso que ganharam liderança cultural, constituindo-se enquanto hegemonia, esta vista como um grupo ou classe social assumindo a direção moral e intelectual da sociedade civil (GRAMSCI, 2001). De fato, parecia ser este o quadro que se pintava na gestação histórica da Zona Franca de Manaus. Em um plano local, a implantação da ZFM ligava-se a um discurso de recuperação da economia amazonense, “estagnada” desde a década de 1930, em face do declínio na produção e na exportação da *Hevea brasiliensis* (borracha).

Para o Estado e a elite local, era, pois, necessário dinamizar as forças produtivas da região, integrando-as à economia nacional. Com esse fim, seriam concedidos um conjunto de incentivos fiscais<sup>3</sup> e extrafiscais<sup>4</sup> geridos pela SUFRAMA<sup>5</sup>, tendo em vista a atração de investimentos estrangeiros que permitissem à iniciativa privada tomar “as rédeas” do desenvolvimento amazônico.

Nessa perspectiva, a Zona Franca de Manaus pode ser vista enquanto parte substancial de “regimes de extraterritorialidade”,

(...) entendidos como forma de flexibilização dos regulamentos jurídico-políticos característicos de determinados lugares, tendo em vista ampliar as possibilidades de reprodução do capital. São, assim, mecanismos que permitem ajustar as condições de apropriação e uso das forças produtivas desses lugares às, por assim dizer, demandas da multinacionalização das firmas, num momento, e de efetiva transnacionalização mediante a horizontalização da produção, noutro (SERÁFICO, 2011, p. 98).

<sup>3</sup> Isenção de Impostos sobre Produtos Industrializados e do Imposto sobre Importação, entre outros.

<sup>4</sup> Área urbanizada, servida por telecomunicações, transporte, água e energia. Um quadro mais detalhado sobre os incentivos concedidos pelo governo federal pode ser visto em SERÁFICO, Marcelo: *Globalização e empresariado: estudo sobre a Zona Franca de Manaus* (São Paulo, Annablume, 2011, p. 108).

<sup>5</sup> Superintendência da Zona Franca de Manaus. Órgão de gerenciamento da ZFM criado pelo governo federal no momento de instalação da própria ZFM.

Dito de outra forma, a criação da Zona Franca de Manaus não se configura enquanto produto de um acidente histórico. Foi, na verdade, pensada e estruturada em face da convergência de interesses dos países dominantes, na busca por regiões que propiciassem a “desterritorialização” da produção, mas que fizessem parte da “reterritorialização” desta, achando, nesse sentido, sua “cara metade”.

Logo, é justo afirmar que a criação da Zona Franca de Manaus foi, na verdade, um “fruto genuíno” do processo de globalização do capitalismo, de sua macroação sobre o Estado, e sobre o trabalho, globalização esta que, à luz de um quadro mundial, se estabelecem conexões entre povos e lugares com as relações econômicas globais.

Para tal empreendimento capitalista, forjou-se uma conjuntura político-econômica orientada ao privilégio empresarial, na qual a parte “nacional” do Estado alinhou-se aos interesses da elite local, que, por seu turno, se subordinou aos ditames de uma classe dominante global, representada pelas grandes corporações. No bojo desse desenvolvimento desigual e combinado, as relações entre os diversos atores desse processo se tornaram cada vez mais cúmplices, em uma palavra, dependentes, de sorte que não seria um pecado sociológico denominá-las “mimetismo às avessas”.

Em meio a esse processo, é razoável dizer que houve, em dois níveis, uma colonização da esfera pública pela esfera privada na implantação da Zona Franca de Manaus.

Primeiramente, essa colonização se deu em face do momento em que o Estado passou a engendrar uma política que visava tão somente garantir a subsistência da população amazonense via geração de emprego, deixando a tomada de decisão política na esfera privada, ou seja, nas mãos do empresariado local e da burguesia nacional. Isso significava que, para o Estado, a política pública resumia-se a forjar uma estrutura produtiva em prol da subsistência dos indivíduos – que seria característico, segundo Arendt, da esfera privada pré-moderna – transformando o processo de reprodução biológica em coisa pública, em uma “política de Estado”.

Tratava-se, em suma, de conceber os indivíduos como animal laborans e não como homo faber. Indicação disso é que a esfera da participação e do direito à fala dos atores amazônicos foi totalmente negligenciada. Basta olhar para quem compunha a “mesa” de debate em torno da implantação da Zona Franca de Manaus: militares, empresários e presidentes de conglomerados multinacionais.

A população indígena, por exemplo, que ocupava grande parte do território

onde foi construída uma usina hidrelétrica<sup>6</sup>, não participou dos debates, nem se levou em conta seu modo de conceber o mundo amazônico. Pelo contrário, pode-se dizer que o modo como se pensou a Zona Franca de Manaus tratou-se, com efeito, de uma perspectiva dogmática sobre a história, o qual foi fruto de reflexão de Walter Benjamin (1987) nas Teses sobre o conceito de história, nas quais o autor salienta que a mesma marcha histórica do progresso, defendida pela social-democracia, segue caminhos que são ligados ao próprio processo de barbárie.

Em outras palavras, quando se olha para a história de forma teleológica, vendo-a enquanto elementos causais que desembocam em um eterno avanço, corre-se o risco de se justificar a barbárie e perder, nesse sentido, a riqueza da experiência humana, do convívio com o diferente, e, além disso, de ter na técnica o tapete para a entrada do Messias: a modernidade redentora (BENJAMIN 1987; 2013). Na visão do governo e dos empresários amazonenses, a Zona Franca de Manaus representava esse messias, do qual fala Benjamin.

Isso é sintomático e nos leva a pensar na acepção de Said (1990, p.24) no tocante ao “orientalismo”, visto pelo autor como

(...) uma distribuição de consciência geopolítica (...), uma vontade de manipular e incorporar aquilo que é mundo manifestamente diferente. É, acima de tudo, um discurso que não está de maneira alguma em relação direta, correspondente, ao poder político em si mesmo, mas que antes é produzido e existe em intercâmbio desigual com vários tipos de poder (...).

No caso de Manaus, esse tipo de consciência sobre a qual teoriza Said (1990) buscou tornar invisível grupos que habitam a região há séculos, e que não puderam representar a si mesmos, mas que foram representados, constituindo, poderíamos dizer, o “nosso orientalismo”. À população indígena, por exemplo, não foi dado espaço para participar dos debates, nem se considerou seu modo de conceber o mundo amazônico. Pelo contrário, suas próprias terras foram ocupadas para a construção da Usina Hidrelétrica de Balbina, construída para suprir a demanda de energia do Polo Industrial da capital amazonense<sup>7</sup>.

Nesse “nosso orientalismo”, o que se coloca como fato primordial é a configuração de uma instituição orquestrada para organizar, estruturar e ter autoridade sobre os rumos do local, baseando-se, para isso, em uma distinção

<sup>6</sup> Usina Hidrelétrica de Balbina, localizada no município de Presidente Figueiredo, distante 100 km de Manaus. Inaugurada na década de 1980, a usina foi construída para suprir a demanda de energia do Polo Industrial de Manaus. Inundou 2,6 mil quilômetros quadrados de riquíssimas florestas nativas, criando um dos maiores lagos artificiais do mundo em uma área da reserva dos índios Waimiri-Atroari.

<sup>7</sup> Inaugurada na década de 1980, a Usina causou inundação em mais de 2,6 mil quilômetros quadrados de riquíssimas florestas nativas, criando um dos maiores lagos artificiais do mundo.



ontológica e epistemológica acerca da Amazônia, vista como lugar que precisa ser colonizado, seja por meio do avanço do homem sobre a floresta<sup>8</sup>, seja por empresas representantes do capitalismo moderno. É nesse sentido que se pode dizer, parafraseando Said (1990), que a Amazônia não era e não é um tema livre de pensamento e ação, mas liga-se a uma imposição de forças locais e transnacionais, que, combinadas, gestam e gerenciam a Zona Franca de Manaus.

Impõe-se, dessa forma, uma maneira de dominação cultural que oculta o diferente, o “outro”, e avultam-se modelos para aquilo que seria o verdadeiro “desenvolvimento regional”, a salvação da “região estagnada”, parada na história. Significa dizer, dessarte, que se olha para o social de forma teleológica, vendo-o enquanto elementos causais que desembocam em um eterno avanço. O interessante é que para o governo e os empresários amazonenses, a Zona Franca de Manaus representava esse avanço, e ainda representa, a julgar pela euforia<sup>9</sup> que gerou na elite local sua prorrogação por mais 50 anos.

Em face desse quadro, é razoável postular que, olhando sob uma perspectiva crítica, a Zona Franca de Manaus faz parte de uma teia de injustiça, aqui pensada nos termos de Fraser (2001), pelo fato de não se levar em conta a fala dos sujeitos do lugar, seu mundo simbólico e suas práticas, tratando-os como desprovidos de padrões de interpretação, comunicação e representação, como diria Fraser. Isso porque a autora está pensando a injustiça não apenas através da questão econômica, da privação material em si, mas incluindo no debate a privação do reconhecimento das várias identidades sociais e dos vários “eus” que fazem parte da era “pós-socialista”. A essa privação a autora dará a conceituação de injustiça cultural ou simbólica, a qual tem como resultado empírico a produção de ocultamento e invisibilidade dos sujeitos, e é corolário, por sua vez, da construção de ideais, normas e símbolos que seriam cultural e economicamente autorizados a existir como prática na sociedade.

## **A MICROAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS EMPRESARIAIS: O TRABALHO “COLONIZADO”**

O outro nível da colonização se deu e ainda se dá diante da ação do empresariado sobre o tecido produtivo do Distrito Industrial de Manaus, e, na verdade, responde ao processo mais amplo da acumulação do capital: o

<sup>8</sup> A construção da Rodovia Transamazônica no começo da década de 1970 é exemplo ímpar disso.

<sup>9</sup> Ver: *Pauderney comemora prorrogação da Zona Franca de Manaus: “o futuro da região está assegurado”*. Disponível em: <http://www.dem.org.br/pauderney-comemora-prorrogacao-da-zona-franca-de-manaus-o-futuro-da-regiao-norte-esta-assegurado/>. Visita em 17 de setembro de 2014.



capitalismo flexível. Digo isto em face da introdução por parte dos empresários de um conjunto de artimanhas gerenciais que têm no discurso da “empresa como uma família” uma forma de se legitimar perante o trabalhador, pois, como no capitalismo a esfera pública perde lugar para a esfera social, e o social está, cada vez mais, permeado pela esfera privada, as empresas usam como estratégia o trazer a intimidade do trabalhador para dentro do espaço fabril. Os trabalhos de Valle (2007), Scherer (2005) e Oliveira (2007) são referenciais nesse sentido por tratarem dessas artimanhas empresariais na ZFM.

Concretamente, isso significa que, aquilo que Arendt (2010, p. 56) denomina “a promoção do labor à estatura de coisa pública”, ganha no atual estágio do capitalismo a forma de trabalho participativo, de Círculos de Controle de Qualidade, de trabalhador com atitudes proativas, etc. E como o trabalho hoje é socializado, quer dizer, não mais restrito ao âmbito da família, o capitalista estabelece políticas gerenciais que são massificadas, dadas como “modelos prontos” para que seja aumentada a produtividade nas mais diversas empresas.

Esses “modelos” são uma espécie de ticket-thinking (COHN, 1997), e são tidos como forma de transformar o trabalho na fábrica como trabalho “excelente”, não mais associado à “dor e ao esforço”, mas como gerador de sociabilidade, de prazer, sob a promessa de se estabelecer dentro da empresa uma emancipação humana. É como se aquilo que Arendt (2001) postula como “crescimento artificial do natural” – massificação do trabalho como meio de reprodução biológica e familiar – se metamorfoseasse e ganhasse uma forma política, ou seja, pautada na participação dos trabalhadores nas decisões das empresas, e aqueles fossem valorizados por estas. E mais: se desenvolve uma espécie de simbiose entre empresas (esfera privada)/esfera pública e empresas/esfera social.

Na relação da esfera privada com a esfera pública, a primeira traz para dentro do tecido produtivo elementos que constituem esta última, como pluralidade, direito à fala, igualdade, etc. Nesse sentido, as empresas passam a fomentar a ideologia de que a fábrica moderna conduz os indivíduos a um processo de trabalho em que lhes é dado o poder da palavra e da participação nas decisões da empresa. Nestes termos, a ação democrática faria parte constitutiva da nova “cultura organizacional”, e realizaria no ambiente produtivo aquilo que lhes é negado na sociedade civil: o direito à democracia plena. A empresa seria, portanto, a protagonista dessa transformação.

No que se refere à simbiose entre empresas e o social, aquelas buscam tratar os trabalhadores pela perspectiva deste último, ou seja, fazendo uso político-ideológico daquilo que, para os gregos, seria “natural”: a capacidade de

sociabilidade humana. No espaço fabril, os indivíduos são instigados a estarem em constante companhia uns dos outros, a se relacionarem de forma que todos se conheçam. Contudo, esse relacionamento incitado pela empresa nada tem a ver com transformar a fábrica em um *locus* da *koinonia* discutida por Arendt (2010), ou seja, do espaço comum para o debate político. O ideal da empresa é que a *koinonia* seja usada para que se “debata” o aumento da produtividade, e não as melhorias de salários e condições de trabalho, por exemplo.

Contudo, não se pode negar seus efeitos sobre o modo como os sujeitos concebem a relação com a fábrica, pois trata-se de uma radicalização das próprias tecnologias do eu discutidas por Foucault, e tem um peso na constituição da subjetividade do trabalhador. O indivíduo, que da sociedade disciplinar passa a ser objeto de ações do poder da sociedade da normalização nas políticas de estatização do biológico e no controle dos corpos das populações, vive agora sob o empresariamento do eu, o qual tem na ideia do trabalhador/colaborador sua característica fulcral.

Fundamentando o trabalho em equipe, as empresas forjam essa “emancipação” através da constituição de um corpo de trabalhadores que são instigados a discutir o desempenho do conjunto produtivo, com vistas a melhorar o processo de trabalho. Vê-se, nesse sentido, que o “processo de emancipação” dos sujeitos – os trabalhadores – tem como pano de fundo a implantação de um novo ideal de trabalhador. Trabalhar na empresa, segundo a lógica empresarial, é fazer parte de uma nova forma de organização social baseada na valorização dos indivíduos, de suas aspirações, em uma palavra, de sua própria vida. É o que se observa no discurso empresarial quando se diz que “os trabalhadores são aliados do gerente, aprendem, a cada dia, a fazer algo mais do que cumprir padrões e relatar anomalias” (CHAVES, 2005, p. 79).

Essa microação das empresas busca, na verdade, esconder a contradição da relação capital-trabalho. Queremos dizer com isso que, assim como a macroação do capital camufla-se nas políticas liberais do Estado, sua microação pretende, por detrás das políticas organizacionais do chão da fábrica, ocultar que o valor extraído do trabalho do trabalhador pelo capitalista é, na verdade, exploração deste sobre aquele. Mais precisamente, faz parte do jogo estratégico da lógica empresarial o fazer com que os trabalhadores vejam a empresa enquanto um ponto de referência para suas ações individuais, e não como um elemento de exploração material e simbólica.

A lógica implementada pelas empresas carrega, portanto, um conteúdo moral e político relevante à análise, tendo em vista que a perspectiva empresarial inscreve-se dentro de um quadro organizacional que visa lançar-se exatamente

sobre o aspecto emocional do operário, sua subjetividade, em suma, seus valores. Logo, a relação que o ethos empresarial busca estabelecer é a construção de um caráter único entre capital e trabalho, enfatizando o compromisso mútuo, a reciprocidade e a lealdade para com os “valores” da empresa.

A preocupação fundamental da empresa consiste, portanto, em estabelecer esses dispositivos de adesão e consentimento que se assentam numa lógica moldada por uma pseudoautenticidade. A empresa, mesmo sendo constituída por uma estrutura burocrática, deve ser ao mesmo tempo carismática, no sentido de estimular a atitude da espontaneidade, amistosidade e da confiança. Dentro desse contexto, o comando hierárquico acaba sendo substituído por formas de manipulação que levem as pessoas a tomarem atitudes por “si mesmas”, a serem altruístas e capazes de doarem-se para as empresas.

A decisão voluntária é comumente destacada nos livros<sup>10</sup> de gestão empresarial, segundo podemos observar em Chaves (2005, p. 41):

A voluntariedade ocorre inicialmente nos gestores e depois contagia os colaboradores. Muitos se iludem achando que ela é uma geração espontânea. Ela deve ser despertada pelo líder, estimulada e alimentada continuamente até se atingir um estágio de maturidade que favoreça a espontaneidade das equipes. Neste processo, as pessoas se associam voluntariamente e assumem responsabilidades. O ato voluntário está associado à liberdade e à responsabilidade.

Além disso, a ideia é fazer da empresa um lugar que “dá sentido” à vida do trabalhador, como podemos ver neste trecho de um livro de gestão empresarial:

(...) os líderes na empresa, os diretores e administradores, os supervisores e chefes de seção, também devem ser igualmente responsáveis pelo círculo das necessidades do indivíduo. Um líder terá relação com cada indivíduo em sua equipe, bem como com a equipe. E essa relação será diferente porque cada indivíduo é único (destaque nosso). Mas é comum a todos eles uma atitude de cuidado, atitude que se expressa nas condições de trabalho e na disponibilidade de ouvir seus problemas, inclusive os pessoais, e ajudar as pessoas a obter ajuda (ADAIR, 2005, p. 159).

Essa é, portanto, a cultura organizacional em que é difundida a doutrina de um novo tempo (novos horizontes) para trabalhadores por meio da participação e colaboração com as empresas e da redução dos níveis hierárquicos intermediários que bloqueiam o acesso dos trabalhadores aos chefes. Nessa perspectiva, o

<sup>10</sup> Esses livros de gestão empresarial fazem parte fundamental das estratégias capitalistas, pois são eles que compõem a leitura de cabeceira dos gerentes e diretores de empresas, conformando, portanto, aquilo que Gramsci denominou uma camada de intelectuais que organizam uma nova cultura, dando homogeneidade à classe e forjando princípios que criam condições à expansão da própria classe (GRAMSCI, 2001, p.15).

discurso produzido pelas empresas tem como linha mestra a ideia de que a liberdade é um valor fundamental na estrutura produtiva. Logo, o trabalhador não seria um mero fator da produção, mas se constituiria enquanto parte do “espírito” da empresa, ainda que seja despedido tão logo esta ache necessário.

É como se aquilo que se desenvolve no âmbito macro, ou seja, o que Arendt (2010) denomina economia doméstica gigantesca, ou seja, a nação, fosse implementada no nível fabril, sendo a gerência a responsável por cuidar dos “povos e populações” que compõem o conjunto da mão de obra. Isso significa que o indivíduo na sua experiência diária sai da esfera social (que se estabelece como esfera pública) dirigida pelo Estado, e entra na esfera privada da empresa, que busca “colonizar” sua intimidade, quer dizer, sua subjetividade, seus valores, etc., forjando uma “nova mentalidade”, um novo “tipo” de trabalhador condizente com a chamada “cultura organizacional”, ou “espírito da empresa”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Politicamente essas estratégias empresariais têm um peso fundamental, pois visam legitimar o mundo privado sobre a esfera pública. Trata-se da tentativa da empresa em ganhar terreno onde, pensamos, o debate público poderia ter forma e substancialidade: o chão de fábrica. Nesse sentido, as estratégias empresariais funcionam como uma espécie daquilo que Arendt (2001) denomina “sociedade com um único sujeito”, ou seja, uma uniformidade nas relações sociais, que, do ponto de vista da relação capital-trabalho, acaba por resultar na ideia de que estes possuem interesses iguais, e que, portanto, não há contradição entre eles.

Na verdade, as contradições são latentes, e são elas que a invenção histórica da Zona Franca de Manaus, dos “milhares de empregos” e da prorrogação por mais 50 anos visa ocultar, o que mostra, mais uma vez, que na esfera pública moderna o emprego per si e não sua qualidade é um componente legitimador fundamental. E quando se quer ampliar o horizonte de discussão do mundo do trabalho para além desse aspecto estritamente estatístico, seja através das discussões em torno da igualdade de salários entre os sexos, seja na denúncia da discriminação de gênero e raça no mercado de trabalho, que se ligaria à questão da injustiça cultural proposta por Fraser (2001), há uma espécie de barreira na própria constituição da esfera pública brasileira, ainda refém de interesses privados e pautada em uma visão única do mundo social.

Nesses termos, acreditamos que o grande desafio no mundo do trabalho é pensar em um processo de “colonização” da esfera privada da fábrica pela esfera pública, quer dizer, o estabelecimento de mecanismos políticos que construam

um mundo comum no espaço fabril onde a ação do trabalhador não seja direcionada para a produtividade da empresa, mas para a discussão dos próprios caminhos do trabalho. Com efeito, pensamos que é papel público da sociologia participar desse processo, revelando quais são as contradições que envolvem a esfera do trabalho na contemporaneidade, ampliando o debate com os diversos setores sociais, e mostrando/vendo os ângulos diferentes pelos quais se pode ver e viver o mundo, pois, como sugere Arendt, estar no mundo não é puramente fazer parte de um funcionamento automático da vida natural; é agir e construir de forma conjunta um lugar comum para a experiência humana que transcenda o próprio estar no mundo.

## REFERÊNCIAS

- ADAIR, J. **Chefiar ou liderar?** Seu sucesso depende dessa escolha. 2.ed. São Paulo: Futura, 2005.
- ARENDT, H. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- . **Poder e violência**. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2001. p. 81-94.
- BENJAMIN, W. **Magia e técnica**, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- CHAVES, N. M. D. Soluções em equipe. CHAVES, N. M. D. **Nova Lima** – MG: INDG Tecnologia e Serviços Ltda, 2005.
- CAMPOS, R. **A Lanterna na Popa**. Memórias. Rio de Janeiro: Top books, 1994
- COHN, G. **Esclarecimento e ofuscamento**: Adorno e Horkheimer hoje. In: Lua Nova, n. 43. 1997.
- FRASER, N. Da Redistribuição ao Reconhecimento? Dilemas da Justiça na Era Pós-Socialista in SOUZA, J. (org) **Democracia Hoje**. Brasília, ed. UNB, 2001.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Volume 2; edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. - 2a ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- MARX, K. **A ideologia alemã** / Karl Marx e Friedrich Engels; tradução Luis Claudio de Castro e Costa. – 3ª ed. – São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- OLIVEIRA, F. de. **As contradições do Æo**: Globalização, Nação, Região, Metropolização. Belo horizonte: CEDEPLAR, 2004.

OLIVEIRA, S. S. B. de. **A ‘periferia’ do capital** na cadeia produtiva de eletroeletrônicos. Manaus: EDUA, 2007.

PAUDERNEY comemora prorrogação da Zona Franca de Manaus: “o futuro da região está assegurado”. **Disponível em:** <http://www.dem.org.br/pauderney-comemora-prorrogacao-da-zona-franca-de-manaus-o-futuro-da-regiao-norte-esta-assegurado/>. Visita em 17 de setembro de 2014.

SAID, E. W. **Orientalismo:** o Oriente como invenção do Ocidente / Edward W. Said; tradução Tomás Rosa Bueno. – São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SERÁFICO, M. **Globalização e empresariado:** estudo sobre a Zona Franca de Manaus. São Paulo: Annablume, 2011.

SCHERER, E. **Baixas nas carteiras:** desemprego e trabalho precário na Zona Franca de Manaus. Manaus: EDUA, 2005.

VALLE, I. **Globalização e reestruturação produtiva:** um estudo sobre a produção offshore em Manaus / Izabel Valle. – Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007.

Texto submetido à Revista em 19.12.2014  
Aceito para publicação em 19.02.2016